

Carta aos Fazendários dos Municípios

Amigos dos Fiscos Municipais,

Carreiras Típicas de Estado

Nos dias 12 e 13 de abril, participamos da 2ª Conferência Nacional das Carreiras Típicas de Estado, realizada pelo FONACATE – fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado, em Brasília-DF.

O evento tratou de temas como:

- a) relação entre as carreiras típicas de estado e o poder político (aparelhamento do Estado, independência técnica e legitimidade democrática);
- b) captura das instituições de Estado (relações entre as carreiras típicas de Estado e o poder econômico);
- c) projeto de Lei Orgânica da Administração Pública (efeitos sobre as atividades típicas de Estado);
- d) eficiência e legitimidade do Estado;
- e) previdência complementar do servidor público;
- f) o papel das carreiras típicas de Estado na construção e na implementação de um projeto nacional de desenvolvimento.

As palestras e os debates acerca da temática acima referida lembrou-nos de que:

- 1) a lógica, por vezes, egoísta e “agorista” dos governos não podem inibir nem coibir o papel institucional e social dos servidores que exercem as carreiras típicas de Estado, como nós;
- 2) sem a efetiva participação de servidores que pensem o planejamento e tenham visão de futuro e espírito público, os custos sociais e financeiros gerados pela imprevisibilidade das medidas dos governos serão cada vez maiores;

- 3) um Estado sustentável e socialmente justo não se consegue fazer apenas com políticas de governo, sendo de fundamental importância a efetivação de projetos e programas, na prática, pelos servidores que exercem permanentemente atividades típicas de Estado;
- 4) como todo governo passa, os agentes públicos de carreiras típicas de Estado devem reafirmar seu compromisso com a manutenção das instituições e não devem se contaminar com o “curtoprazismo” das medidas que se mostram efêmeras e superficiais;
- 5) exercer cargo de carreira típica de Estado não deve ser motivo de diletantismo, não deve se prestar a servir como título nobiliárquico, nem deve ser causa de fazer o agente público se achar melhor que os servidores das demais categorias;
- 6) desempenhar atividades de carreiras típicas de Estado - antes de tudo - é um ônus de fazer o melhor por quem mais precisa, e que esse melhor perdure por um tempo indeterminado. É cumprir missão nobre e que exige a coragem de garantir o Estado (os objetivos e fundamentos que definimos constitucionalmente) seja qual for o governo que esteja passando;
- 7) que as prerrogativas são do cargo e não pessoais do servidor. Que as garantias dos ocupantes dos cargos como os nossos se prestam a assegurar a vitória dos objetivos do Estado sobre os interesses dos grupos que governam.

O que acima trouxemos à lembrança reacende em nós a beleza de podermos fazer, no exercício de nossos cargos públicos, uma verdadeira revolução na quantidade e na qualidade dos serviços públicos que os entes federados se comprometeram, no texto constitucional, a prestar.

Por nossas atividades passam as possibilidades de fazer concretizar os direitos que o estado social firmou garantir aos cidadãos.

Previdência

Amigos, durante o evento, foi-nos informado que a o projeto de lei 1992/2007 (instituição da previdência complementar no âmbito da União) foi retirado da pauta da comissão em que tramitava na Câmara Federal.

Sobre esse projeto, realmente precisamos aprofundar o estudo e o debate, pois representa ele, dentre outras questões, a possibilidade de os servidores virem a se aposentar com o teto do regime geral de previdência (INSS), sem a portabilidade das contribuições, além de extinguir a responsabilidade de manutenção e custeio existente entre o regime próprio e o ente público em caso de eventual desequilíbrio nos recursos do regime próprio.

Reforma Tributária

Sobre a possível reforma tributária que pretende levar a plenário ainda este ano o Deputado Sandro Mabel (PR-GO), a conferência do FONACATE não tocou no assunto.

Contudo, já que estávamos em Brasília, conversamos com alguns companheiros dos fiscos estaduais e federal e com alguns parlamentares e assessores sobre o conteúdo, o alcance e o calendário da reforma tributária.

Do que percebemos, acreditamos ser de suma importância que a nossa federação (FENAFIM) passe da etapa de discussão dos princípios constitucionais e tributários, que é normal em todas as matérias que entram em processo de reforma, e atinja a etapa de mobilização da categoria, de conscientização da sociedade e de tomada de posição, a fim de evitar possíveis problemas ligados à perda de recursos e de autonomia por parte dos municípios, por conta, principalmente, da instituição do IVA-F.

Nesse sentido, conversamos com o Presidente da FENAFIM (Célio Fernando), com os nossos colegas do Recife-PE (Alexandre Feitosa, Albano Rocha e Celina Simão), com o nosso colega do Rio de Janeiro - RJ (Luis Antônio), e com os nossos colegas de Salvador-BA (Lázaro e Ana), e combinamos uma estratégia de mobilização com início em junho de 2011 que pretenderá:

- 1) realizar encontros locais com servidores fazendários, prefeitos, vereadores, secretários de finanças/fazenda/receita e deputados federais e senadores de cada estado, a fim de explanar os problemas que a proposta de reforma tributária traria aos municípios;
- 2) levar o assunto da reforma tributária ao conhecimento da sociedade, através de campanha publicitária institucional, a partir da lembrança de que o cidadão brasileiro nasce, cresce, vive, compra, vende, presta serviços, produz e morre no município. Que, se o organismo humano é organizado e estruturado pela unidade fundamental chamada célula, a República Federativa do Brasil é organizada e estruturada por uma unidade fundamental chamada município. Que os municípios vêm assimilando uma série de responsabilidades nos últimos períodos como saúde, educação e trânsito, por exemplo, e que não há lógica aceitável em se, ao mesmo tempo, atribuir aos municípios mais tarefas e suprimir-lhes receitas e autonomia;
- 3) organizar um grande evento nacional, em Brasília, do qual participarão os servidores fazendários, os prefeitos, os vereadores e os deputados federais e senadores, como ponto culminante do processo de mobilização e conscientização que precisamos levar a efeito.

Observações:

- a) Os eventos locais de que trata o item 1 acima deverão ocorrer na mesma data em todas as localidades, a fim de ajudar a demonstrar maiores articulação e mobilização. Os dias da semana que sugerimos são a segunda-feira e a sexta-feira, para que seja possível a presença dos deputados federais e dos senadores de cada estado;
- b) Pensamos ajudar nesse processo de mobilização e conscientização a participação das entidades representativas dos prefeitos, dos vereadores e dos municípios (CNM).

Na certeza do entendimento, do empenho e da participação de todos os que acreditam na causa municipalista e na construção da justiça social a partir da justiça tributária, agradecemos a atenção dispensada.

Cordialmente,

Carlos Cardoso Filho (fone: (081) 9790-2268, e-mail:
carloscardosodireitocura@hotmail.com)

Auditor Tributário do Fisco Municipal do Ipojuca-PE

Coordenador Administrativo da APEFISCO

Assessor de Formação Profissional e Sindical da FENAFIM